

Reunião na Assembleia da República:

ANAon e Comissão de Economia, Inovação e Obras Públicas

Assunto:

Revisão do RJO (Regime Jurídico dos Jogos e Apostas Online) no âmbito do OE2019

De acordo com o estudo mais recente (de Julho 2018) realizado pelo SRIJ e Universidade Nova de Lisboa, e onde a ANAon também colaborou:

Mais de 50% do dinheiro é apostado em sites offshore.

O RJO em si deve visar dois objetivos:

- Captação de imposto;
- Absorção de apostadores no mercado regulado, protegendo-os.

Maximizar a absorção de apostadores consegue-se com **melhores prémios**. O estudo indica que:

Mais de 85% dos apostadores valorizam os melhores prémios, e por isso apostam offshore.

Melhores prémios são melhores odds, ou cotas. Algo que os operadores nacionais reduziram em relação aos internacionais justificando-o com a taxa de imposto no volume.

1. Porque é que não resulta apenas a descida da taxa de imposto, mantendo a base de incidência no volume?

Dados:

- Internacionalmente as casas de apostas praticam margens de até 8% – valor obtido pela diferença entre o somatório do inverso das odds e 100%;
- Um estudo da Copenhagen Economics indica que o mercado funciona bem com taxa e imposto até 20% da receita bruta da casa (ou seja 20% da margem) – ver Anexo.

Com estes dados podemos concluir que o mercado só funcionaria bem, possibilitando odds iguais às casas internacionais, se o imposto fosse no máximo de 20% de 8%, ou seja, 1.6% do volume de apostas.

Imposto máximo de 1.6% sobre o Volume, para manter prémios iguais aos das casas offshore.

Com essa taxa de imposto máximo poderia dar para igualar os prémios (odds) entre o mercado regulado e o mercado “offshore”.

Esta alternativa poderia trazer apostadores para a legalidade por permitir melhores prémios, no entanto não é uma solução viável para a resolução do processo de State Aid (levantado contra Portugal, na Comissão Europeia).

A única forma de resolver ambos os problemas (processo de State Aid, e tornar o mercado português de jogo online funcional), é alterar a base do imposto para ser uma % sobre o GGR (receita bruta = apostas menos prémios).

IEJO sobre o Volume não resolve o problema do State Aid.

Além de que apenas baixar a taxa, mantendo a base de incidência no volume, não é solução para as bolsas de apostas (modelo de negócio assente nas comissões cobradas pelo uso da plataforma aos apostadores), isso nunca iria trazer para a esfera legal este tipo de jogadores de apostas cruzadas.

Com IEJO sobre o volume nunca iríamos poder regular as bolsas de apostas, mantendo todos esses jogadores no ilegal.

A alternativa que defendemos, e vai de encontro ao que os restantes países da União estão a fazer, é taxar sobre a receita bruta (volume de apostas menos prémios pagos), conhecido como GGR (Gross Gambling Revenue).

De acordo com um estudo da Copenhagen Economics (ver Anexo), o valor ideal de imposto é de 15% a 20% do GGR, para maximizar tanto o valor ganho em imposto como a taxa de absorção do mercado regulado.

IEJO ideal para maximizar captação de imposto e a absorção de jogadores é entre 15% a 20% do GGR.

Ao igualar as taxas entre todos os produtos, % do GGR (receita bruta) também se resolve o processo de State Aid contra Portugal na Comissão Europeia – por diferente taxação de produtos comparáveis.

2. Como maximizar o imposto?

Aumentar a receita de IEJO consegue-se através de:

- Aumento de apostadores no mercado regulado;
- Atração de operadores de jogo (com efeitos secundários na economia, pelos investimentos em publicidade, patrocínios e emprego gerado).

Se não for mudada a lei e entrarem mais operadores, a captação de imposto vai reduzir já que atualmente a taxa é progressiva. Para o mesmo operador, cada jogador a menos faz reduzir a

captação de imposto dos jogadores que ficam. A soma do bolo para o estado dá menos valor de imposto. E estes novos operadores não terão grande capacidade para investimento em publicidade com este imposto atual.

No entanto, se o imposto for sobre o GGR, cada operador adicional é certo que resultará em mais jogadores no mercado regulado e mais imposto para o estado (quer de IEJO quer de IVA de publicidade, etc.).

O caminho é trazer jogadores do offshore para o mercado regulado.

3. Alterar a base de incidência do IEJO resultará em mais ou menos imposto recolhido?

A maior dúvida em relação ao potencial do mercado de jogo online em Portugal advém do facto do mercado offshore ser completamente desconhecido.

Para podermos estimar o valor do mercado, recorreremos aos valores do mercado regulado na Dinamarca (origem dos dados identificadas no Anexo), devidamente ajustados em relação à percentagem do PIB (Produto Interno Bruto) Portugal vs Dinamarca:

- PIB Portugal 2017 = 193 072 M€
- PIB Dinamarca 2017 = 288 980 M€
- PIB Portugal é aproximadamente **67%** da Dinamarca

Podemos fazer uma simulação do valor que Portugal recolheria caso mudasse a base de incidência do IEJO, vendo assim o seu mercado regulado crescer para o tamanho do Dinamarquês (ajustado ao PIB).

	GGR 2017	IEJO			
		Real: 8 a 16% Volume	Cenário 1: 15% GGR	Cenário 2: 20% GGR	Cenário 3: 25% GGR
PT	112,6 M€	54,2 M€			
PT com mercado funcional	(501 * 67%) 335,7 M€		50,3 M€	67,1 M€	83,9 M€ *

** Aqui com 25% do GGR já ultrapassamos o ponto óptimo, portanto é de esperar que o mercado regulado não conseguisse chegar ao valor de 335,7 M€ de GGR anual.*

Com o IEJO a 20% do GGR, Portugal teria ganho mais 12,9 M€ em imposto com o jogo online em 2017. Um aumento de 24%!

ANEXO

Dados de estatísticas divulgadas pelos operadores de Portugal e da Dinamarca:

	Taxação (mercado online)	Receita Bruta (1 ano)	Imposto (1 ano)
Portugal	Apostas desportivas: 8% a 16% do Volume	(31.4+25.4+29.3+36.5)	(11.0+13.4+14.3+15.5)
	Póquer e Casino: 15 a 30% da Receita Bruta	122.6 M €	54.2 M €
Dinamarca	Apostas e Póquer e Casino: 20% da Receita Bruta	(2168+1563= 3731 M DKK)	(*20%)
		501 M €	100.2 M €

Fig. 1) Jogos e Apostas Online, Evolução 1ºT 2017 - 4ºT 2017 (M €)



Table 1. Quarterly GGR for the four focus markets since first quarter of 2014 (million kroner)

	Q1	Q2	Q3	Q4	Year
2014 Combined	1150	1181	1218	1177	4726
Betting	437	441	494	420	1791
Online casinos	252	248	267	290	1058
Land-based casinos	75	88	83	85	330
Gaming machines	386	404	374	382	1547
2015 Combined	1170	1336	1332	1366	5204
Betting	416	487	548	548	1999
Online casinos	303	337	319	349	1308
Land-based casinos	74	99	89	87	349
Gaming machines	377	413	376	382	1548
2016 Combined	1416	1406	1369	1424	5615
Betting	565	523	529	550	2168
Online casinos	376	395	382	410	1563
Land-based casinos	96	97	93	94	379
Gaming machines	379	391	365	370	1504
2017 Combined	1397	1463	1497	-	-
Betting	519	522	577	-	-
Online casinos	415	458	456	-	-
Land-based casinos	93	95	95	-	-
Gaming machines	370	388	369	-	-

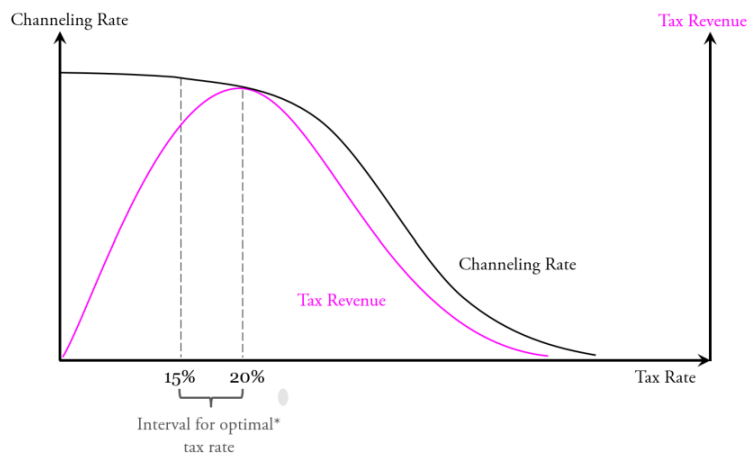
Source: Tax returns submitted to the Danish Tax Authority by licence holders, and the Danish Gambling Authority's own calculations.

Source DK: https://spillemyndigheden.dk/sites/default/files/filer-til-download/statistics_q3_2017.pdf

Source PT: http://www.srij.turismodeportugal.pt/fotos/editor2/estatisticas/Relatorio_4_trimestre_2017_Jogo_Online_20170214_PT.PDF

Estudo revela que o imposto ótimo (para captar jogadores, e para captar imposto) é entre 15% e 20% da receita bruta (GGR).

Figure 1 A tax-rate of 15 to 20 percent gives a high channeling rate and favorable tax revenues



Source: Copenhagen Economics.

Source: <https://www.copenhageneconomics.com/dyn/resources/Publication/publicationPDF/8/368/1478078895/copenhagen-economics-2016-licensing-system-for-online-gambling.pdf>